



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

JARLENE MARIANO DA SILVA

**SERVIÇO SOCIAL, GÊNERO E RAÇA: a interseccionalidade desses  
temas nas Revistas Ser Social e Serviço Social & Sociedade**

Brasília

2017

JARLENE MARIANO DA SILVA

**SERVIÇO SOCIAL, GÊNERO E RAÇA: a interseccionalidade desses temas nas Revistas Ser Social e Serviço Social & Sociedade**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Serviço Social – SER da Universidade de Brasília – UnB, como requisito à obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Ms. Marlene de Jesus Silva Santos

Brasília

2017

JARLENE MARIANO DA SILVA

**SERVIÇO SOCIAL, GÊNERO E RAÇA: a interseccionalidade desses temas nas Revistas Ser Social e Serviço Social & Sociedade**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Serviço Social – SER da Universidade de Brasília – UnB, como requisito à obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Ms. Marlene de Jesus Silva Santos

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/ 2017

**BANCA EXAMINADORA**

---

Marlene de Jesus Silva Santos

Professora Ms. em Serviço Social – UnB (Orientadora)

---

Lucélia Luiz Pereira

Professora. Dr<sup>ª</sup>. em Serviço Social – UnB (Examinadora Interna)

---

Cristiane Assunção de Matos

Assistente Social (Examinadora Externa)

Brasília

2017

*“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”.*

*Rosa Luxemburgo*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, ao universo, destino, energias que emanam luz e amor por ter me dado uma família tão maravilhosa que sempre incentivou e apoiou minhas escolhas. Sou grata principalmente a minha mãe e minha irmã que durante todos esses anos foram essenciais para que eu não jogasse tudo ao alto. Vocês são sinônimos de força e alegria. Agradeço ao meu pai, que apesar dos pesares, sempre acreditou em mim. Ao meu amado Ranon, que nunca duvidou da minha capacidade de enfrentar e superar esse desafio. Gratidão por ser tão companheiro, prestativo e sensível na nossa caminhada. À saúde de minha avó Maria, avó Lula e avô Nena. Sou grata as minhas tias e tios, primos e primas pelo afeto e pelos bate-bocas nos almoços de domingo, sem vocês nada disso teria sentindo.

À querida amiga Naila, por ser a melhor parceira de Graduação que alguém poderia ter. Sou grata por partilhar com você momentos importantes na Universidade e na vida. Gratidão por essa jornada. Às amigas: Amanda, Débora, Mikaelle, Renata, Leonardo, Kaic e Caio por tornarem a trajetória na Graduação leve e divertida.

Agradeço à Secretaria Psicossocial Judiciária – SPESI/TJDFT, pela oportunidade de estagiar com a melhor Equipe Psicossocial da América Latina, mais conhecida como *Equipe do BanBan*. Foram dois anos de muito aprendizado e só tenho a agradecer à Denise, Cristiane, Maíra e Débora por serem minhas referências. À querida Ilze, pelas conversas, debates e risadas durante nossa convivência no estágio. Ao SERAV como um todo pela abertura à implementação do meu Projeto de Intervenção, que foi significativo para minha jornada acadêmica.

À querida Professora Marlene por ter aceitado me orientar. Espero ter outras oportunidades em que possamos trabalhar juntas novamente. Por fim, agradeço à banca examinadora, professora Lucélia Pereira e a Assistente Social Cristiane Assunção pela disponibilidade em avaliar o trabalho e por fazer parte desse momento de finalização de graduação.

Gratidão!

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo contribuir com o debate acerca da interseccionalidade entre as questões de gênero e raça na produção do conhecimento do Serviço Social. Essa temática se apresenta relevante para um exercício profissional comprometido com a Questão Social e com a garantia dos direitos humanos e pelo fato dessa temática ser uma demanda presente no cotidiano do fazer profissional da assistente social, e se faz necessário compreender essa interseccionalidade para dar resposta às novas demandas sociais. A respectiva pesquisa se baseia na abordagem metodológica materialista histórica e dialética, por meio da qual é possível o reconhecimento da totalidade e das contradições que o sistema capitalista impõe em todas as áreas da sociabilidade. Foram analisados os 1.212 artigos da revista Serviço Social & Sociedade, e 501 artigos da revista Ser Social. Encontrou-se que apenas 1 artigo na revista Serviço Social & Sociedade abordava o tema gênero+raça e, 2 artigos na revista Ser social. A pesquisa permitiu concluir que o debate sobre a interseccionalidade entre gênero e raça ainda é incipiente em ambas as revistas.

**Palavras-chave:** Interseccionalidade; Gênero e Raça; Serviço Social; Produção Científica.

## ABSTRACT

This Course Conclusion Paper aims to contribute to the debate about the intersectionality between gender and race issues in the production of Social Service knowledge. This theme is relevant to a professional exercise committed to the social issue and to the guarantee of human rights and because this theme is a present demand in the daily work of the social worker, and it is necessary to understand this intersectionality to respond to new social demands. The respective research is based on the historical and dialectical materialist methodological approach, through which it is possible to recognize the totality and the contradictions that the capitalist system imposes in all areas of sociability. We analyzed the 1,212 articles of the magazine *Serviço Social & Sociedade*, and 501 articles of the magazine *Ser Social*. It was found that only 1 article in the magazine *Serviço Social & Sociedade* approached the theme gender + race and 2 articles in the journal *Ser Social*. The research concluded that the debate on intersectionality between gender and race is still incipient in both journals.

**Keywords:** Intersectionality; Gender and Race; Social service; Scientific production.

## LISTA DE GRÁFICOS E TABELA

- Gráfico 1** – Relação de publicações da revista Serviço Social & Sociedade nos anos de 1979 a 2017. Fonte: Própria autora, 2017..... 37
- Gráfico 2** – Percentual em relação ao total de 1212 publicações sobre GÊNERO e RAÇA na revista SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE entre os anos de 1979 a 2017. Fonte: Própria autora, 2017 ..... 38
- Gráfico 3** – Percentual em relação ao total de 368 publicações sobre GÊNERO e RAÇA na revista SER SOCIAL entre os anos de 1998 a 2017. Fonte: Própria autora, 2017 ..... 40
- Tabela 1** – Quantidade de artigos nas revistas Serviço Social & Sociedade e Ser Social.....39



## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b> .....	10
<b>CAPÍTULO I – CAPITALISMO, QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL</b> .....	12
1.1 – Capitalismo, Exploração do Trabalho e Questão Social .....	12
1.2 – Particularidades da Questão Social na Formação Racista e Sexista do Brasil .....	16
1.3 – Trajetória do Serviço Social na Sociedade Brasileira .....	20
<b>CAPÍTULO II – INTERSECCIONALIDADE E PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO SABER</b> .....	26
2.1 – Interseccionalidade entre gênero e raça.....	26
2.2 – Produção do Saber em Serviço Social.....	29
<b>CAPÍTULO III – GÊNERO, RAÇA E SERVIÇO SOCIAL</b> .....	35
3.1 – Percurso Metodológico.....	35
3.2 – Apresentação dos Dados.....	37
3.3 – Gênero e Raça: um debate necessário para o Serviço Social.....	41
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	44
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	46

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As diversas expressões da Questão Social são terreno fértil para pesquisas e estudos, assim, tendo em vista que o acirramento das desigualdades de gênero e raça é funcional e inerente à reprodução das relações sociais no sistema capitalista, pensar a interseccionalidade entre gênero e raça é refletir sobre uma expressão da Questão Social multidimensional e que necessita atravessar todas as análises da realidade e das políticas públicas. A Assistente Social<sup>1</sup> respaldada pelo Código de Ética que tem em um de seus princípios a eliminação de todas as formas de preconceitos e discriminação, o posicionamento a favor da equidade e justiça como formas de que assegurar a universalidade de acesso aos bens e serviços, necessita de uma leitura da totalidade em que gênero e raça sejam analisados como eixos fundantes da Questão Social e não somente como recortes.

As relações sociais estão estruturadas em questões de classe, gênero, raça, etnia, idade e outras, por isso não se pode fazer uma análise da totalidade a partir apenas de um desses aspectos, pois não é suficiente para uma análise crítica da totalidade em que as relações sociais então inscritas. Essa pesquisa parte de proposições de que a sociedade brasileira está marcada por índices preocupantes de desigualdades sociais advindas da sua formação racista e sexista, e é nesse sentido que a profissional de Serviço Social tem a competência de intervir sobre uma realidade de múltiplas opressões. Dessa forma, e especificadamente, a produção científica do Serviço Social sobre gênero e raça vem sendo ampliadas em consequência das mudanças sócio-políticas em torno da perda de direitos garantidos formalmente.

Nesse sentido, partiu-se da hipótese que a discussão da interseccionalidade entre gênero e raça é um tema de suma importância para a produção de conhecimento do Serviço Social, uma vez que as Assistentes Sociais estão comprometidas com o projeto ético-político na construção de uma nova ordem societária livre das relações de exploração e discriminação de classe, raça ou gênero, e considerando que a produção científica subsidia a prática profissional são formuladas propostas de enfrentamento das desigualdades raciais e de gênero. Por esse motivo busca-se compreender como o debate da interseccionalidade se expressa na Revista Serviço Social & Sociedade e na Revista Ser Social.

---

<sup>1</sup> Ao longo desse trabalho optou-se por utilizar “A Assistente Social”, no feminino, em razão de uma postura político-ideológica da autora como forma de desconstruir o masculino como termo genérico na linguagem. Além disso, a categoria profissional é majoritariamente composta por mulheres, o que torna o termo no feminino representativo, não sendo excluídos os homens que compõem essa categoria profissional.

O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, pretendeu-se fazer uma discussão de forma geral para tratar dos conceitos acerca do Capitalismo, Questão Social e suas particularidades brasileiras, além de uma análise da trajetória do Serviço Social. No segundo capítulo, passamos para a discussão sobre a interseccionalidade entre gênero e raça, procurando entender como essas categorias são fundamentais para entender a realidade das mulheres, e adentramos na construção do conhecimento do Serviço Social. No terceiro capítulo, apresentamos os dados e análises referentes à pesquisa de artigos nas revistas Serviço Social & Sociedade e Ser Social que abordassem a interseccionalidade entre gênero e raça.

## **CAPÍTULO I – CAPITALISMO, QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL**

### **1.1 – Capitalismo, Exploração do Trabalho e Questão Social**

A transformação da natureza pelo ser humano para sua sobrevivência, ou seja, o trabalho como um ato modificador torna-se central para a vida social. A produção e reprodução da existência humana dependem do trabalho e através dele as necessidades individuais e coletivas são atendidas. Assim, a ideação e objetivação o trabalho são componentes inseparáveis dos seres sociais (LESSA, 2000). Entretanto, depois de atendidas algumas necessidades um processo de complexificação no modo de organização social tem início, dando origem a novas demandas e novas respostas e soluções que moldam as relações com os outros homens. Assim, o trabalho cria e recria as necessidades humanas e é o responsável pela socialização entre os seres sociais. As transformações das condições sociais realizadas pelo trabalho são responsáveis também pelos progressos econômicos e sociais, bem como pelo avanço cultural.

Assim, a transição do feudalismo para o capitalismo foi permeada por diversas tensões entre os senhores feudais, servos/camponeses, e igreja, acarretando mudanças nas relações sociais. Importa frisar que a passagem de um sistema para outro não foi um processo linear e natural, mas sim um processo atravessado de conflitos, principalmente nas relações de produção e comércio de mercadorias. A condição posta aos servos/camponeses recém libertos da escravidão era igualmente de exploração, entretanto, já eram homens livres para aceitar ou não tais condições. Com o desenvolvimento das relações de troca no mercado, os servos, de acordo com Trindade (2011), muitas vezes fugiam das terras do seu senhor feudal, ou compravam sua liberdade para viver perto das áreas comerciais chamada de burgos.

Interessava a essa nova classe, os comerciantes burgueses, que a relação entre senhor-servo fosse rompida para que o servo passasse a ser uma força de trabalho para seu comércio. Contudo, os senhores feudais e a Igreja que não queriam perder seus privilégios como detentores do poder, entram em confronto com a classe que estava se estabelecendo, a burguesia. Nesse contexto a burguesia estava forte e detinha de condições para tomar o poder político do feudalismo, pois a “hegemonia conquistada pela burguesia no terreno das idéias lhe permitiu organizar o povo e liderá-lo na luta que pôs fim ao Antigo Regime” (NETTO e BRAZ, 2012, p.87).

A burguesia dominando o poder político e comercial utiliza de meios para garantir seu lugar de domínio através do seu processo de produção baseado no trabalho assalariado, divisão do trabalho e exploração do ex-camponês, sendo assim, uma classe que detém os meios de produção, a burguesia, e outra que possui somente a venda de sua força de trabalho no mercado, a classe trabalhadora.

As principais características desse momento pré-capitalista estão expressas na expropriação dos meios de produção, o que significou que o trabalhador não obteve mais o controle do seu ofício. Como também, ocorre um processo de alienação do trabalhador por não se identificar e não se realizar no seu trabalho sendo possuidor apenas de sua força de trabalho (LESSA, 2000). Nesse sentido há um amplo processo de exploração e opressão da classe trabalhadora, pois o trabalho excedente é fundamental no capitalismo para a extração de mais valia, desencadeando um sistema de pauperização da classe trabalhadora que recebia apenas um salário para a manutenção da força de trabalho e o capitalista detentor dos meios de produção se apropria da riqueza que é produzida socialmente. Na lógica capitalista, o trabalhador é apenas uma mercadoria e, que em todas as esferas da socialização será alienada, explorada e oprimida para a reprodução das desigualdades.

Importante ressaltar que nesse contexto de acumulação de capitais, a família possui um papel fundamental na manutenção do sistema capitalista. Engels (1984) e Lessa (2012) apontam que a família monogâmica-burguesa se manifesta na necessidade do homem assegurar à sua descendência seus bens, para garantir a expansão da sua propriedade privada. Salienta-se a necessidade do controle do corpo da mulher para certificar a legitimidade da linhagem pertencente ao homem. Com o desenvolvimento das relações sociais e do modo de produção capitalista, essa estrutura familiar passou a ser cada vez mais cristalizada.

Desse modo, a família monogâmica-burguesa, além de ter a função de controle e manutenção da propriedade privada, passou a designar o que é referente a ser homem e ser mulher na sociedade. A mulher era a responsável por manter a família unida, legada ao ambiente privado, a casa, aos cuidados dos filhos enquanto dependia do homem que a sustentava. Entretanto, com as crises inerentes ao capitalismo e a necessidade de garantir a reprodução e manutenção da vida, as mulheres começaram adentrar na vida pública e a terem lugar no mercado de trabalho, contudo, recebiam menos do que os homens, por serem vistas como mão de obra desqualificada e barata.

As revoluções europeias do século XVIII são consideradas o marco da consolidação do capitalismo, pois representam o acirramento dos conflitos nas relações sociais. Importante lembrar que a construção da nova sociedade significou diferentes processos. O primeiro processo foi de acumulação de capitais, ou seja, onde há uma concentração, um aumento de riqueza já existente, pois precisamos lembrar que se está destituindo uma sociedade com características de acumulação bem primitivas como a feudal. O próximo movimento é a centralização de capitais, onde o sistema capitalista se utiliza da riqueza para incorporar outros capitais ao seu, é o pressuposto da monopolização (NETTO, 2009). E por fim a monopolização quando um capital maior “quebra” com capitais menores para somente um dominar o espaço que vários outros concorriam entre si.

A forma de realização da fase monopolista consiste em acumular constantemente cada vez mais capitais, cuja forma de realização acontece por meio do aumento da extensão de excedente do trabalho, isto é, a força de trabalho é exposta a um tempo de trabalho exaustivo, onde parte desse tempo é necessário para a formação de seu salário, e outro tempo para o trabalho excedente onde é produzida a mais-valia, gerando a superacumulação de capital. Os salários da classe operária são barateados por existir uma população desempregada que, de acordo com Marx em seu livro *O Capital* (1867), é um exército industrial de reserva, inerente a esse modo de produção, o qual impulsiona aos que trabalham a permanecerem mesmo com salários baixos em seus postos.

Neste contexto de manutenção da propriedade privada, centralização dos meios de produção nas mãos de poucos e a exploração dos que somente possuíam sua força de trabalho levou ao agravamento dos problemas sociais enfrentados pelos trabalhadores. Para Netto (2006), até o momento histórico, não havia uma expressão tão profunda de desigualdade, um antagonismo tão definido entre ricos e pobres. Mas, é na esfera do capitalismo que surge a denominada Questão Social. Ainda para Netto:

Por ‘questão social’, no sentido universal do termo, queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a ‘questão social’ está fundamentalmente vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho. (2006, p. 19).

Entende-se que, a acelerada instauração e expansão do modo de produção capitalista, com a rápida industrialização e urbanização, resultaram no acirramento da Questão Social, que se expressa em fenômenos como a pobreza, violência.

O acirramento da Questão Social gera a insatisfação e organização dos seus principais alvos, a classe trabalhadora, que inicia o processo de consciência a respeito da sua condição de subalternidade. Assim, organizados em movimentos sociais por melhores condições de vida e de trabalho reconhecendo-se como sujeitos políticos, exigem do Estado o reconhecimento e a garantia de seus direitos (IAMAMOTO, 2007, p. 160). Neste embate político se desenvolvem algumas ações estatais:

[...] como comitê executivo da burguesia monopolista, ele [o Estado] deve legitimar-se politicamente incorporando outros protagonistas sócio-políticos. O alargamento da sua base de sustentação e legitimação sócio-política, mediante a generalização e a institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais permite-lhe organizar um consenso que assegura o seu desempenho. (NETTO, 2006, p. 27)

O Estado, como força garantidora da expansão do modelo de reprodução, entre a fase monopolista do capitalismo para seu estágio maduro, busca legitimação política e se vê na obrigação de responder as demandas da classe trabalhadora para o controle da força de trabalho. Nessas condições, segundo Netto (2006), as expressões da Questão Social podem tornar-se objeto de uma intervenção contínua e sistemática do Estado por meio das políticas sociais.

Observe-se que a Questão Social, sendo parte fundada na sociedade do capital aliada à luta da classe trabalhadora será responsável pela criação de um novo campo de intervenção social, quase sempre assumida pelo Estado que são as prestações sociais ou políticas sociais. O campo da intervenção social desenvolve-se paralelamente ao desenvolvimento da sociedade do capital e a profissão de Serviço Social tem seu início e desenvolvimento como parte do processo de intervenção social na sociedade do capital, em um processo de correlação de forças entre capital e trabalho. De acordo com Iamamoto e Carvalho (2009), o Serviço Social:

[...] está intimamente vinculado a iniciativas da Igreja, como parte de sua estratégia de qualificação do laicato, especialmente de sua parcela feminina, vinculada predominantemente aos setores abastados da sociedade, para dinamizar sua missão política de apostolado social junto às classes subalternas, particularmente junto à família operária. (p.83).

Ressalta-se que essa ação, na gênese do Serviço Social, era de cunho caritativo e missionário, sendo apropriada pelo Estado pelo seu caráter de cuidado, vigilância e fiscalização da pobreza, buscando a manutenção da ordem moral e social. Entretanto, nessas circunstâncias, e ainda de acordo com Netto (2006), no início do Serviço Social como profissão existiu uma indefinição, ou como o autor coloca, “uma relação de continuidade” sobre as tradicionais formas filantrópicas e assistencialistas como as ações eram exercidas desde os primórdios da sociedade capitalista.

Contudo, o Serviço Social inserido na divisão sócio-técnica do trabalho, buscou a racionalização em suas ações, já que sua prática profissional se volta para a realidade social. Portanto, o Serviço Social está diretamente relacionado às demandas construídas nas contradições produzidas pelas relações sociais de produção e reprodução da sociedade capitalista em sua fase monopolista, ou seja, “enquanto profissão, o Serviço Social é indivorciável da ordem monopólica – ela cria e funda a profissionalidade do Serviço Social” (NETTO, 1996, p.70).

Como profissão institucionalizada, o Serviço Social apresenta-se no cenário mundial a partir da década de 1920 após a Primeira Guerra Mundial, quando se configura de forma mais abrangente a Questão Social, bem como formas de organização da classe trabalhadora, que contextualizam o surgimento de movimentos especialmente europeus de ação social, em que muitos direitos sociais foram conquistados através da luta da classe operária organizada. Feito este resgate histórico da evolução do capitalismo europeu, cabe-nos particularizar a discussão para a formação e desenvolvimento do capitalismo na sociedade brasileira e seus rebatimentos para o serviço social.

## **1.2 – Particularidades da Questão Social na Formação Racista e Sexista do Brasil**

Este item estará voltado às particularidades do Brasil, levando em consideração a sua formação política, social e econômica. O Brasil sendo um país colonizado por portugueses reproduziu os moldes europeus de exploração, pois a escravidão foi apropriada por este como um sistema de alta lucratividade. Devido às condições geoclimáticas do Brasil, a produção de mercadorias valiosas e com boa receptividade na Europa, só teria formas de ser bem sucedida por meio de mão de obra escrava, pois os custos de investimentos e exportação seriam altos se adotado o assalariamento nas colônias (FURTADO, 2003).

Dessa forma, a população negra trazida compulsoriamente para o Brasil foi destituída de toda sua ancestralidade, cultura, raízes afastada de seus familiares, sendo apenas uma força de trabalho a ser explorada de forma degradante através de horas exaustivas de trabalho, sem alimentação adequada, presos nas senzalas para evitar fugas. Contudo, não foi um percurso simples e sem conflitos, houve revoltas da população negra escravizada.

O sistema baseado na escravidão perdurou por cerca de trezentos anos no Brasil, sendo este o último país da América-Latina a abolir tal sistema. Com a pressão para a abolição da



escravidão por parte de países europeus que estavam avançados no sistema capitalista e possuíam mão de obra assalariada para configurar o ciclo de exploração do capital, o Brasil se viu obrigado em libertar os negros escravos, pois de acordo com Furtado (2003), o país não estava alcançando resultados positivos já que nesse momento os produtos industrializados ganhavam o mercado, desvalorizando as exportações nacionais.

No momento de transição para o início de um sistema de acumulação, a população negra, recém liberta, foi excluída das relações formais de trabalho que exigia mão de obra dita como “qualificada” (mão de obra de imigrantes brancos), embora tenha permanecido como importante força de trabalho nas formas primárias de exploração. De acordo com Florestan Fernandes,

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto viu-se convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais [...] para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva (1978, p.15)

Conforme Theodoro (2014) explica, a nova organização econômica do Brasil pós-libertação dos escravos, teve como estratégia o estímulo à imigração de mão de obra assalariada européia, não somente como força de trabalho, mas com o objetivo de branqueamento da ‘nova’ população brasileira. Um aspecto fundamental para a consolidação dessa organização social está associado à noção do mito da democracia racial onde a miscigenação proporcionaria uma mistura positiva, entretanto, a população negra passou a ser cada vez mais ignorada. No momento em que o Estado aboliu a escravidão e assumiu o projeto de construir uma nova cara para o Brasil sem nenhuma política de inserção dos ex-escravos no novo mercado sustentou – e ainda sustenta – a crescente exclusão de uma parte importante da população brasileira.

Os ex-escravos, recém libertos saíram das grandes áreas rurais da produção de café e açúcar chegando aos pequenos centros urbanos já existentes. Theodoro (2009) aponta que a urbanização como um problema social se tornará complexa a partir dos anos de 1930, todavia, há um processo de aglomeração da pobreza, e exclusão nas cidades, ocasionada pela chegada em massa de ex-escravos, que sem recursos financeiros, passaram a se aglomerar nos morros formando nas maiores cidades as favelas. Juntamente com os homens já livres, a maioria se

dedicava a economia de subsistência ou em atividades mal remuneradas, dando origem ao que Theodoro (2009) chama de setor informal do Brasil.

No que se refere à mulher na sociedade brasileira, historicamente esta sempre foi excluída da história, inferiorizada e, por muito tempo, não participava das decisões políticas e do mercado de trabalho. Contudo, sem acesso à educação formal a mulher branca exercia apenas seu papel de mãe e esposa. Essa não era a realidade das mulheres negras, que em contexto de escravidão já estavam sendo super-exploradas no trabalho doméstico como cozinheiras, arrumadeiras, amas de leite, e até mesmo como objeto para o prazer, exploração e violência por parte do seu dono (SAFFIOTI, 1976).

Contudo, nesse contexto de início de um mercado livre as mulheres negras ex-escravas passaram a vender bolos, doces, hortaliças nos comércios que estavam surgindo como forma de sobrevivência. Entretanto, Follador (2009) explica que, com a incipiência do capitalismo e a necessidade de contribuir para a renda familiar, as mulheres brancas, e as mulheres que eram esposas dos imigrantes, passaram a ser inseridas no mercado de trabalho. A partir da metade do século XIX as mulheres brancas começaram a acessar a educação e com isso poderiam se dedicar ao magistério reforçando a ideia da mulher como educadora. Assim, para Barroco (2008),

A formação moral da mulher, nos moldes conservadores lhe confere “virtudes” que passam a compor determinados papéis: educada para assumir uma responsabilidade na educação moral e cívica dos filhos, a mulher é potencialmente formada para profissões que se legitimam socialmente como “profissões femininas”, das quais se exige mais um perfil adequado a padrões morais conservadores, do que propriamente qualidades técnicas intelectuais (2008, p. 78).

A inserção das mulheres no mercado de trabalho se deu de acordo com Hirata (2007), através de uma divisão sexual do trabalho. Essa divisão tem por objetivos separar o trabalho dos homens do trabalho das mulheres, e hierarquizar, ou seja, valorizar o trabalho do homem. Em concordância com Hirata, há um trabalho feito pelas mulheres que “é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno” (2007, p. 597), esse trabalho é o doméstico que está relacionado com a reprodução e manutenção da força de trabalho da sociedade como um todo.

Dessa forma, apesar de estarem inseridas no mercado de trabalho formal ou informal, as mulheres ainda enfrentam duplas ou triplas jornadas de trabalho, sendo este trabalho doméstico não remunerado. De acordo com Faria, “na sociedade e na economia capitalista seu modelo de reprodução é baseado na utilização do tempo de trabalho das mulheres como um

recurso inesgotável” (2005, p. 23). Tendo como referência histórica o legado da escravidão, a mulher negra está imersa em um contexto de pobreza, sem acesso a educação, e quando consegue adentrar no mercado de trabalho formal, permanece nos empregos de menor qualificação e pior remuneração formando nos termos de Lélia Gonzáles (1984), uma “divisão racial do espaço” e do trabalho.

Assim, o percurso para a instalação do mercado de trabalho “livre” no Brasil esteve atravessado por exclusões, diferenças de renda e de acesso ao emprego e explorações em função da raça e do gênero. A Questão Social se expressará de forma mais acirrada com a aceleração do processo de urbanização e industrialização do país.

Em contexto da crise de 1929, com a queda das exportações, as oligarquias cafeeiras perdem força, e após a Revolução de 1930 que destituiu o presidente Washington Luís teve o início um processo de urbanização e industrialização do Brasil. As indústrias brasileiras tornam-se o mercado de trabalho dos imigrantes, que vinham com ideais do forte movimento operário que já estava firmado nos países da Europa. Assim os movimentos operários começaram a surgir no país com frequência, devido o descontentamento com a administração pública em solucionar as crises sociais, políticas e econômicas.

A Questão Social já acentuada desde o contexto citado acima, passa por intensificações em suas manifestações e começa a ser tratada como um problema social por parte do seu novo Estado que assume uma postura intervencionista (Theodoro, 2009). Nesse cenário de desenvolvimento do capitalismo, industrialização e urbanização no Brasil, o acirramento da Questão Social exigiu um trabalho especializado que aliasse técnica e ideologia para garantir a manutenção dessas relações de produção. Entretanto, vale frisar que a Questão Social expressa na vivência de homens e mulheres negras não era alvo de enfrentamento, e em contexto de agravamento das desigualdades sociais, ela permanecerá invisibilizada pelas ações estatais àquele momento.

Assim, para barrar e conter o acirramento dos conflitos entre a relação capital-trabalho e com a ideia de avanço do comunismo nos países latino-americanos, Vargas que estava no poder estabelece medidas de caráter social que atendiam em certa medida a classe operária, e beneficiava a classe burguesa brasileira dando condições da perpetuação e aumento da produção industrial (IAMAMOTO e CARVALHO, 2009). Vargas também procurou o apoio da Igreja Católica em sua política de alianças para o controle social. A Igreja

por intermédio das encíclicas papais confirma a necessidade de o Estado intervir nas relações entre o capital e o trabalho através das leis trabalhistas.

O apoio mútuo entre o Estado e a Igreja oferecia propósitos vantajosos a ambos, no que se refere à transferência da responsabilidade do Estado para a Igreja, e esta, por sua vez, preocupada com a restauração dos costumes e ordem cristã da sociedade brasileira, e a manutenção do status quo, poderia ampliar suas ações missionárias e assistencialistas.

### **1.3 – Trajetória do Serviço Social na Sociedade Brasileira**

O Serviço Social emerge no Brasil com um caráter missionário, tendo uma base inicial formada quase que exclusivamente por mulheres – ressaltando a noção de vocação do feminino para o cuidado –, da alta sociedade, ligadas a Igreja Católica, que necessitavam comprovar determinados padrões de conduta social e moral, de acordo com a doutrina da Igreja, para educar e controlar a classe operária e marginalizada. Estas trabalhadoras sociais ainda não faziam uma crítica consciente referente ao seu trabalho e sua intervenção na sociedade, muito menos a sistematização e teorização da profissão, equivocando-se com a ideia de que serviam em amor ao próximo, segundo o que pregava a igreja. Não era realizada uma análise da realidade para o enfrentamento da Questão Social, pelo contrário ela é substituída por “uma apreensão moral dos fenômenos sociais” (IAMAMOTO e CARVALHO 2009, p. 230). Apesar de o trabalho ser executado por mulheres, e reforçar os papéis de gênero socialmente construídos, é nessa conjuntura que as mulheres brancas e da classe dominante adentram o mercado de trabalho.

Em 1935 Vargas criou a lei n.º 2.497 para a instauração do Departamento de Assistência Social do Estado, cuja política social era de cunho fortemente assistencialista. Percebe-se que a aliança entre o Estado e a Igreja, acarretou em uma grande expansão das instituições católicas, tanto as assistenciais, quanto as educativas, entre elas as universidades católicas. Como explicam Iamamoto e Carvalho (2009):

Além do reconhecimento explícito do catolicismo como religião oficial, da indissolubilidade da família com o reconhecimento do casamento religioso pela lei civil e a proibição do divórcio, garantirá o acesso da Igreja à educação pública e todas as instituições de “interesse coletivo”. Garantirá, assim, a institucionalização de alguns de seus princípios ideológicos fundamentais, e as posições dentro do aparelho do Estado essenciais à sua função de controle social e político. (p.160)

Essas instituições educacionais foram significativas na formação de profissionais para a realização do trabalho social nas instituições assistenciais que estavam surgindo. Segundo Iamamoto e Carvalho (2009) essas instituições trazem uma “perspectiva embrionária de assistência preventiva, de apostolado social” já buscando “atender e atenuar determinadas sequelas do desenvolvimento capitalista, principalmente no que se refere a menores e mulheres” (p. 166-167). Esse fato incidirá sobre “as bases materiais e organizacionais, e principalmente humanas que permitirão a expansão da Ação Social e o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social” (2009, p.167).

As primeiras escolas de Serviço Social emergem na necessidade de afirmar a profissão para reconhecimento da sociedade, juntamente com a importância de se elaborar conhecimentos próprios para a formação de novos profissionais. Segundo Barroco (2008), no início da formação profissional, os valores morais norteavam a ação profissional, com base teórica encontrada no positivismo, no neotomismo, na cultura brasileira e nos projetos político-sociais conservadores e moralista, juntamente com o pensamento católico acreditava na moralidade como meio de enfrentamento à Questão Social. Com esse objetivo, foram organizados os primeiros cursos de Serviço Social. A primeira escola de Serviço Social, no Brasil, foi fundada em 1936, em São Paulo, onde se concentrava a maior parte da indústria nacional, e de acordo com Iamamoto e Carvalho (2009) teriam os valores difundidos pelas escolas de Serviço Social europeu.

Entretanto, essa ação profissional orientada por conteúdos filosóficos, logo se mostrou insuficiente para a atuação prática das Assistentes Sociais. Assim, partir da década de 1940, os novos profissionais demandaram um aprimoramento técnico e metodológico, tendo como fundamento as Ciências Sociais e, com elas, a concepção funcionalista norte-americana passou a influenciar o Serviço Social brasileiro não somente com a teoria, mas com os instrumentais tais como: formulários, registros no seu sentido burocrático.

Neste cenário, o Serviço Social constituía-se como profissão liberal, de natureza técnico-científica, sendo a designação profissional de “assistente social” privativa dos habilitados em curso superior em Serviço Social, reconhecidos pelo governo federal. Com o surgimento de grandes instituições como o Conselho Nacional de Serviço Social (1936), Legião Brasileira de Assistência – LBA (1942), Serviço Social da Indústria – SESI e o Serviço Social do Comércio – SESC (1946), o Serviço Social ganha espaço, se institucionaliza e se legitima. Nos anos 1950 com o modelo desenvolvimentista de Juscelino

Kubitschek, as Assistentes Sociais na busca de novas alternativas de ação aos desafios sociais, integraram-se ao projeto desenvolvimentista, realizando experiências significativas de organização comunitária, a partir dessa década (SILVA, 1995).

Entretanto, é na década de 60 que o Serviço Social volta-se para o debate da política social, assim como afirma Iamamoto e Carvalho “diante dessa realidade, o Serviço Social deve urgentemente re-situar-se, readaptar-se, procurando sintonizar o seu discurso e o método com as preocupações das classes dominantes e do Estado em relação à questão social e sua evolução” (2009, p. 349). No II Congresso Brasileiro de Serviço Social ocorrido em 1961, o tema central era o Desenvolvimento Nacional para o Bem-Estar Social. As assistentes sociais aceitam o desafio de participar do projeto desenvolvimentista, contudo,

Criticam-se as práticas paternalistas das grandes instituições assistenciais, constata-se a inadequação das estruturas político-administrativa às exigências do desenvolvimentismo socioeconômico e a necessidade de medidas corretivas; verifica-se uma a necessidade de uma reforma universitária [...]. Pede-se melhor qualidade nos serviços prestados pela Previdência, Salário-família e Auxílio Desemprego (caso se constate ser o desemprego uma questão social). Reafirma-se a necessidade de uma legislação agrária, de uma revisão da legislação social e sua extensão às populações rurais. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2009, p. 354)

Nesse momento, não havia uma perspectiva de reformas concretas conforme Iamamoto e Carvalho essas posições estavam orientada para uma “perspectiva modernizadora e um reformismo muito tímido” (2009, p. 354).

Nos anos 1960, em contexto de ditadura no Brasil e nos países da América-Latina, o Serviço Social se reconhece como parte da classe trabalhadora, inscrita na divisão sócio-técnico do trabalho, na relação entre capital-trabalho, proporcionando dessa forma, uma abertura para um novo projeto de formação profissional. No contexto de repressão à movimentos sociais, tal regime político autoritário, em nome de uma ameaça comunista cerceou direitos e acabou com a democracia entre os anos de 1964 e 1985, permitindo assim a acumulação e a expansão capitalista devido a dependência de outros países, construiu mecanismo compensatório, como uma série de medidas de política social, entretanto, sem consulta ou participação da classe trabalhadora.

Desse modo, as Assistentes Sociais são demandadas nessa conjuntura como executores das políticas sociais, e para isso era exigido especialização em planejamento e administração de serviço, o que significava uma formação técnica e metodológica rigorosa e adequada ao mercado de trabalho. O Serviço Social é impulsionado a formar recursos para o desenvolvimento científico e tecnológico, o que implicou em uma reorganização de todo o

sistema educacional, com base na racionalização, eficiência e produtividade. A América Latina começou a voltar-se para si mesma, realizando seminários entre os países do Sul do continente e a promover estudos sobre seus problemas de desenvolvimento possibilitando a aproximação dos países e a possibilidade de intercâmbio profissional tornou-se uma alternativa na construção de um novo saber.

Nesse momento o Serviço Social começa a repensar a ação profissional, entretanto, encontrando entraves devido o contexto de ditadura. Esse processo de reflexão profissional, Netto (2011) coloca como um processo de renovação e possui três tendências: perspectiva modernizadora, perspectiva de reatualização do conservadorismo e perspectiva de ruptura. A perspectiva modernizadora propõe adequar o Serviço Social conservador às exigências do momento histórico vivido pelo Brasil, associando novas técnicas científicas ao fazer profissional, sem romper com as bases do surgimento da profissão. A tendência da atualização do conservadorismo diz respeito a recuperar elementos mais tradicionais da profissão, recuperando a relação com a doutrina da Igreja, com a ação profissional vinculada a ajuda psicossocial.

A última perspectiva propunha a adoção de um referencial de análise dos fenômenos sociais e a adoção de novas metodologias de ação, que levassem em conta a totalidade, vinculada a uma “crítica sistemática ao desempenho ‘tradicional’ e aos seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos.” (NETTO, 2011, p.275). Ainda para Netto,

É precisamente na perspectiva da intenção de ruptura que se plasmas as conotações inerentes a um exercício profissional (e suas representações) compatíveis com a modernidade: o reconhecimento dos projetos societários diferenciados das classes e dos parceiros sociais, a compreensão da dinâmica entre classes/ sociedade civil/ Estado, a laicização do desempenho profissional, a assunção da condição mercantilizada dos serviços prestados pelo profissional etc. (2011, p.305)

Com os encontros de Serviço Social, foram se definindo novas tendências no seu interior, sendo ampliada a produção intelectual e científica, em revistas, documentos e livros. Mesmo com a repressão do regime militar a academia começou a produzir conhecimento próprio do Serviço Social, com destaque para produções críticas. Essa produção de conhecimento foi importante para se estabelecer forças para a intenção de ruptura (NETTO, 2011). As revistas, livros e outras documentações também deram importantes contribuições ao processo de problematização, crítica, lutas e mudanças no Serviço Social.

Em 1979, no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, mais conhecido como o Congresso da Virada, é um marco para o Serviço Social, pois uma frente de

Assistentes Sociais denuncia o conservadorismo em pleno contexto de ditadura (SILVA, 1995). Comprometido com um propósito diferente ao projeto hegemônico capitalista, o Serviço Social na sua vertente crítica, associa-se a grupos sociais e partidos políticos que buscavam uma transformação societária.

No momento de redemocratização do Brasil e com a Constituição Cidadã de 1988, as políticas sociais são fortalecidas e direcionadas à universalização e garantia dos direitos sociais, com maior abertura para participação popular. Dessa forma, as Assistentes Sociais passaram a se questionar novamente, sobre sua ação profissional, diante dos movimentos populares. Assim a década de 1980, é o momento no qual a produção acadêmica é valorizada e há uma aproximação com a perspectiva ontológica original de Marx. Para Silva (1995) as Assistentes Sociais orientadas pela teoria marxista, com influência gramsciana, começam a estabelecer uma relação dialética entre Estado, instituições, políticas sociais e classes sociais, pensando na formação de um projeto profissional:

É na década de 80 que o Projeto Profissional de Ruptura se consolida e se torna hegemônico no discurso teórico- metodológico da profissão. Ou seja, é nessa década que, no nível de dimensão acadêmica do Serviço Social (formação profissional e produção científica), a hegemonia desse projeto torna-se inquestionável, dando margem a um novo projeto de formação profissional, com avanços na formação científica dos assistentes sociais (1995, p.102).

Entende-se que a aproximação do Serviço Social com a tradição marxista, ampliou o conteúdo teórico, que passa a perceber as contradições em seu exercício profissional e se coloca a serviço dos usuários das políticas sociais. Já na década de 90, ocorreram várias mudanças no cenário mundial: a globalização da economia, o neoliberalismo, a reestruturação produtiva, e o acirramento das questões sociais. Tais mudanças socioeconômicas demandaram novos desafios às Assistentes Sociais, exigindo um esforço e comprometimento para a reafirmação do projeto profissional. A partir do código de ética de 1993, o projeto profissional é denominado Projeto-Ético-Político, que de acordo com Netto,

Este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional (1999, p. 15-16).

O Código de Ética de 1993 traz nos seus princípios o respeito à diversidade e eliminação de todas as formas de preconceitos, não devendo as assistentes sociais em exercício discriminar ou ser discriminado em virtude de: “classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física” (CFESS,



1993). A autora Iamamoto aborda a necessidade de “decifrar os determinantes e a múltiplas expressões da questão social”, e perceber que essa assume diferentes manifestações em cada época, se deve “decifrar as desigualdades – de classes- em seus recortes de gênero, raça, etnia, religião, nacionalidade, meio ambiente e etc.” (IAMAMOTO, 2009, p. 114), como forma de consolidar o Projeto-Ético-Político.

Tendo em vista que o Serviço Social é uma profissão que intervém nas expressões da Questão Social, é importante conhecer e “compreender a realidade da população usuária que é atravessada pelas relações sociais de sexo<sup>2</sup>, raça e classe” (CISNE, 2015, p.60). Assim, levando em consideração que a formação sociopolítica e econômica do Brasil teve como base de sustentação a escravidão, a população negra, e principalmente as mulheres negras foram excluídas duplamente pelo racismo e sexismo, sendo exploradas e sofrendo um processo de pauperização e invisibilização. Afirmando que a Questão Social é o objeto de estudo da profissão, o Serviço Social precisa estar presente no debate sobre gênero e raça para compreender as particularidades da mulher negra, para construir de estratégias que acumulem forças na luta pelo acesso universal aos direitos civis, políticos e sociais em uma perspectiva de autonomia e emancipação das mulheres.

Assim, o próximo item aprofundará em como a interseccionalidade entre gênero e raça são complexas, a fim de compreender a sua importância para o exercício profissional e para a construção teórica do Serviço Social.

---

<sup>2</sup> Cisne utiliza o termo relações sociais de sexo derivado do termo em francês *rapport sociaux de sexe*, que diz respeito às relações estruturais de classe, conflitos, tensões e interesses de grupos antagônicos, afirmando a centralidade do trabalho. Entretanto, nesse trabalho será utilizado o termo desigualdades de gênero e/ou relações sociais de gênero, pois se entende que o termo gênero indica uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. Algumas autoras (SAFFIOTI, 1997; SOIHET, 1999) afirmam que gênero ainda indica construções sociais que organizam concreta e simbolicamente toda a sociedade sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres.

## CAPITULO II – INTERSECCIONALIDADE E PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO SABER

### 2.1 – Interseccionalidade entre gênero e raça

Ao recorrer aos estudos sobre gênero e raça, faz-se necessário analisar a relação histórica entre ambos, para em seguida compreender sua intersecção, principalmente quando abordada a realidade brasileira. Para compreender gênero, Scott (1995) questiona o uso desse conceito como forma descritiva das diferenças entre mulheres e homens, e que não se aprofundam em como tais conceitos estão estruturados nas relações que são construídas de acordo com os papéis de homens e mulheres. A autora ainda reflete em como o gênero está estruturado em uma relação de poder e saber, que são afirmadas a partir da construção de símbolos na diferenciação sexual entre mulheres e homens e não apenas uma categoria de análise das mulheres.

De acordo com Saffioti (2004), as mulheres são criadas para serem dóceis, ao contrário dos homens que são estimulados a exercerem sua masculinidade através da agressão (p.21). Entretanto, a construção social e cultural desses papéis de gêneros não são questionados, tornando as relações de poder naturalizadas. Ressalta-se que com a estruturação de uma nova sociabilidade, o modo de produção capitalista e suas contradições que implicam nas desigualdades culturais, raciais, sociais e econômicas, o patriarcado, sexismo, machismo e racismo em contexto de dominação-exploração se unem para a acentuação do domínio do homem na vida social e para a manutenção da reprodução da sociedade capitalista.

Nessa estrutura, as mulheres não são sujeitas de direito e de voz de suas próprias escolhas, ou seja, “representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência” (SAFFIOTI, 2004, p.60). Como expressão dessa estrutura de poder, o patriarcado, o machismo e sexismo<sup>3</sup> produzem formas de dominação do homem em relação à mulher, estabelecendo privilégios em todas as estruturas de poder, para o sexo dito como superior.

---

<sup>3</sup> O patriarcado configura um sistema no qual o homem detém o poder na vida pública e privada (SAFFIOTI, 2004). A autora ainda ressalta que o patriarcado é anterior ao capitalismo, entretanto, nesse modo de produção a hierarquia é realimentada para manter a lógica da exploração das mulheres em todos os espaços da sociedade. O machismo e sexismo são expressões do patriarcado que produzem formas de dominação do homem em todas as classes. Sexismo para a autora Ferreira (2009) compreende avaliações negativas, comportamentos que inferiorizam as mulheres e ações discriminatórias em que são submetidas, em função de sua condição de gênero. Já o machismo, naturaliza e cristaliza os papéis ditos como feminino e masculino, enaltecendo a condição de “ser homem” e inferioriza a condição de “ser mulher” com o objetivo de manutenção de poder do homem.

Além disso, constrói comportamentos, cria estereótipos que limitam as mulheres em realizar as mesmas atividades dos homens, acarretando na inferiorização do comportamento, trabalho, produção referente às mulheres.

Percebe-se que o machismo, enquanto campo ideológico sedimenta o comportamento de não aceitação de direitos igualitários entre homens e mulheres e manutenção de poder. Enaltece a supremacia de homens, formando de acordo com Drumont (1980) um pólo dominante e outro dominado. A autora aborda que desde crianças, “a menina é geralmente conduzida para as atividades que não produzem dinheiro, enquanto que o garoto é necessariamente orientado para a profissionalização” (DRUMONT, 1980, p. 82), naturalizando os espaços a serem ocupados por meninas e meninos. Para Scott,

Trata-se de exemplos de ligações explícitas entre o gênero e o poder, mas elas só são uma parte da minha definição de gênero como um modo primeiro de significar as relações de poder. Frequentemente, a ênfase colocada sobre o gênero não é explícita, mas constitui, no entanto, uma dimensão decisiva da organização, da igualdade e desigualdade. As estruturas hierárquicas baseiam-se em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre o masculino e o feminino. (1995, p. 26)

A autora Soihet (1997) relata que, os primeiros estudos sobre gênero, feminismo e sobre movimento de mulheres tiveram inicialmente as mulheres brancas, universitárias e de classe média como protagonistas. Safiotti (2001) afirma que a sociedade brasileira obteve ganhos por meio do movimento de mulheres como as novas visões que rompiam com o dualismo nas ciências feitas pelos e para os homens, entretanto, havia um ideário de uma mulher universal, sem diferenças de classe ou raça. Para a autora Kimberlé Crenshaw:

O efeito disso é que somente o aspecto mais imediato da discriminação é percebido, enquanto que a estrutura que coloca as mulheres na posição de receber tal subordinação permanece obscurecida. Como resultado, a discriminação em questão poderia ser vista simplesmente como sexista (se existir uma estrutura racial como pano de fundo) ou racista (se existir uma estrutura de gênero como pano de fundo). Para apreender a discriminação como um problema interseccional, as dimensões raciais ou de gênero, que são parte da estrutura, teriam de ser colocadas em primeiro plano, como fatores que contribuem para a produção da subordinação. (2002, p. 176)

Assim, emergia no movimento feminista, com a inclusão das mulheres negras e indígenas, a desconstrução de uma ótica de mulher universal, como um padrão de mulher e de opressões. Naquele momento o feminismo tradicional proporcionou subsídios às pesquisas posteriores das mulheres negras sobre a interlocução entre gênero e raça. Contudo, por mais importante que tenham sido os estudos sobre gênero, e as conquistas feministas, no que se refere ao voto, a inserção no mercado de trabalho, ao enfretamento da violência contra mulher, Sueli Carneiro em um Seminário Internacional sobre Racismo, Xenofobia e Gênero

(2001) apresentou um artigo no qual relata a importância e necessidade de “enegrecer o feminismo” no sentido de integrar à agenda do movimento feminista as demandas e realidade das mulheres negras. Para Crenshaw,

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (2002, p. 177).

Entende-se, portanto, que o patriarcado, o racismo e a condição de classe se combinam na estruturação das desigualdades sociais acentuando a complexidade dos fenômenos envolvidos na realidade da mulher negra. O forte ideário de que o Brasil é um país miscigenado e não racista reforça tais desigualdades e tornam as mulheres negras cotidianamente reféns de práticas preconceituosas, discriminatórias e machistas. Theodoro (2014) reflete em como o racismo transforma diversidade em desigualdade, naturalizando e justificando a distribuição desigual dos bens socialmente produzido, especialmente pela população que se encontra nos postos de trabalho mais precarizados para legitimar sua posição social, pois as desigualdades não são geradas somente por questões de classe, mas que a sociedade observa aspectos físicos e corporais (e culturais, também). Tendo como referência histórica o legado da escravidão, a população negra está imersa no contexto de pobreza, formando nos termos de Lélia Gonzáles (1984), uma “divisão racial do espaço”.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA publicou no primeiro semestre de 2017 o *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça*, apresentando dados relativos aos anos de 1995 a 2015 levando em consideração raça, gênero e classe. No que se refere à escolaridade, a pesquisa apontou que duplicou os anos de estudo da população branca de 12% para 25%, enquanto o aumento de estudo da população negra passou de "de inacreditáveis 3,3% para 12%, um aumento de quase quatro vezes, mas que não esconde que a população negra chega somente agora ao patamar de 20 anos atrás da população branca", assinala a pesquisa. O estudo também indica que emprego doméstico vem caindo, mas ainda é uma ocupação importante, demonstrado quando uma em cada cinco (18%) mulheres negras eram trabalhadoras domésticas em 2015 – em comparação com 10% das brancas.

Saffioti (2004) explica que o patriarcado e capital se unem para formarem um arcabouço ideológico e cultural para o aumento da dominação-exploração na articulação entre

classe-gênero-raça. Dessa forma, a vida da mulher negra está imbricada nessa tripla discriminação como aborda Carneiro (2001). Angela Davis em seu livro “Mulheres, raça e classe” discorre sobre a importância da interseccionalidade de gênero, raça e classe para compreender a opressão em que a mulher negra está imbricada com o objetivo de estruturar ações pelo Estado para o enfrentamento dessas desigualdades. Dessa maneira, o Serviço Social, precisa estar atento a esta configuração e expressão da Questão Social que incide sobre as mulheres, especificadamente as mulheres negras.

## **2.2 – Produção do Saber em Serviço Social**

No processo de reconceituação, o Serviço Social passou a problematizar a ação profissional, os fundamentos e a origem da profissão, pautando-se na teoria social marxista, buscando construir elementos que respaldem essa prática e também o processo de formação, almejando a construção do seu próprio saber apoiado no projeto profissional buscando cada vez mais a aproximação com a classe trabalhadora, e superando a reprodução de outras áreas do conhecimento.

Assumindo o pensamento de Marx como direção, o Serviço Social compreende a totalidade social e seus desafios na contradição capitalista. O método materialista histórico dialético “não é um conjunto de regras formais que se aplicam a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme a sua vontade, para enquadrar o seu objeto de investigação” (NETTO, 2009, p.688). Ou seja, é um conhecimento que entende a realidade em suas diversas particularidades em seu movimento contraditório, buscando compreender a totalidade dos fenômenos na sociedade capitalista.

De acordo com Setubal (2007), a pesquisa é um processo teórico-metodológico que, ao ser vinculado à prática profissional, permite a Assistente Social uma compreensão ampliada sobre as relações sociais na sociedade capitalista, possibilitando um exercício profissional não alienado, com a perspectiva de construir e reconstruir sua prática cotidiana. Este autor ressalta também a importância da inserção da pesquisa nos momentos iniciais da graduação para o fortalecimento de uma formação profissional aliada ao projeto ético-político.

O marco deste momento para o Serviço Social como produtor de conhecimento se refere à publicação da Revista Serviço Social & Sociedade. A revista foi criada em 1979, no contexto de regime militar no Brasil, e de tensões políticas quando muitos movimentos sociais e populares questionavam o Estado autoritário e reivindicavam por liberdades democráticas. Importante ressaltar que esta revista fez parte do movimento de renovação do Serviço Social e continua contribuindo com o desenvolvimento acadêmico e profissional da área como também da intervenção na realidade.

É a primeira Revista de circulação nacional na área do Serviço Social, sendo um dos mais importantes periódicos de consulta para docentes, pesquisadores, Assistentes Sociais em formação que buscam estar atentos com os debates nacionais e internacionais que incidem no Serviço Social e nas ciências humanas e sociais. Os objetivos da revistas é dar visibilidade à produção acadêmica e profissional de Assistentes Sociais e de pesquisadores das ciências humanas e sociais, bem como contribuir com o debate e o aprofundamento crítico e analítico da teoria social, produzindo temas que dizem respeito à realidade brasileira e latinoamericana (SILVA, 2010)

A Revista Ser Social foi criada no programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília – UnB, e também é produto do processo histórico do Serviço Social como uma área do saber, uma Ciência. Teve sua primeira edição no ano de 1995 com o nome de Debate Social. Entretanto, entre os anos de 1996 a 1997 a revista esteve interrompida, então, somente em 1998 com um novo projeto editorial, o segundo número da revista é publicado. O nome Ser Social faz referência ao significado ontológico da profissão do Serviço Social, à relação entre sujeitos e sociedade, bem como a sigla do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília – SER (Editorial 1998). Possui publicações semestrais, sendo cada edição focalizada em um tema específico de acordo com o contexto social relacionado com as Políticas Sociais.

Percebe-se que o avanço do Serviço Social no âmbito da pesquisa fortaleceu o caráter crítico e investigativo da profissão, além de estimular a interlocução entre pesquisadores do Serviço Social com aqueles ligados a outros saberes. Ampliando a interlocução interdisciplinar e, a garantia de reconhecimento científico da teoria marxista de análise do real, pautada numa direção social da prática profissional voltada ao projeto ético-político (SPOSATI, 2007). O Serviço Social tem se preocupado em formar profissionais capazes de criar, produzir pesquisas que subsidiem a formulação de políticas sociais e ações

profissionais. Para isso a pesquisa deve ser um complexo teórico, histórico e metodológico para compreender a realidade social.

A década de 1980 marcou o amadurecimento da pesquisa e produção teórica do Serviço Social. Foi criado o primeiro curso de doutorado em Serviço Social e o estímulo sistemático à pesquisa nessa área. Em 1983, foi realizado o I Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social – depois Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Um espaço essencial para o diálogo, fortalecimento e comunicação dos resultados de pesquisas e produções acadêmicas. E ainda nos anos 80, a conquista do reconhecimento acadêmico do Serviço Social como área de conhecimento no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq vincula-se ao desenvolvimento da pesquisa, da ampliação e do fortalecimento dos programas de pós-graduação do Serviço Social e das bibliografias referenciadas nas produções das ciências humanas e sociais. Importante ressaltar que, em 1988, com a aprovação da Constituição Cidadã, as demandas emergentes do Serviço Social no país necessitam de novas respostas, permitindo realizar alterações nos *campos do ensino, da pesquisa e da organização político-corporativa dos assistentes sociais* (IAMAMOTO, 2014, p. 615. Grifos da autora).

Com as mudanças societárias, o Serviço Social caminhou na direção de uma produção de conhecimento que daria sustentação a um novo projeto profissional na construção e afirmação do projeto ético-político comprometido com a cidadania e renovando a formação profissional, apoiado na criação dos cursos de pós-graduação que “vão configurar um espaço privilegiado de pesquisa e produção de conhecimento em interlocução e diálogo do Serviço Social com as diferentes áreas do saber e entre diferentes tendências metodológicas” (YAZBEK, 2005, p.150). É exigida a Assistente Social uma inseparável articulação entre profissão, conhecimento e realidade (IAMAMOTO, 2005), onde é necessário destacar as atividades investigativas como dimensão constitutiva da ação profissional, não apenas como complementares. E a pesquisa é o meio de elaboração de um conhecimento comprometido com as demandas específicas da profissão e com as possibilidades de enfrentamento das desigualdades sociais.

A produção do Serviço Social expressa preocupação com os problemas sociais brasileiros, abarcando os processos de globalização e mundialização do capital, as mudanças no mundo do trabalho e suas consequências para a classe trabalhadora decorrentes dos elevados índices de desigualdade social e pobreza. É significativa a contribuição que esta

produção vem trazendo para as Ciências Sociais, em geral, ao selecionar temas importantes na atualidade. De acordo com Sposati (2007), Nóbrega e Fonseca (2010), a pesquisa do Serviço Social está prioritariamente no debate das 'políticas sociais'. Compreende-se tal fato devido à expansão da demanda social pelo Serviço Social, ou seja, pelo aumento do campo de atuação do Serviço Social, como também ao crescimento das demandas institucionais, e o acirramento das desigualdades sociais. Desse modo, para Sposati

A política social, campo da prática profissional por excelência, é o locus onde ocorre a constituição de direitos e o reconhecimento da cidadania. Seguramente, este campo não é exclusivo do assistente social, mas a constituição de direitos, o espaço do sujeito usuário/demandatário é, sem dúvida, um campo em que o conhecimento profissional tem se dedicado. (2007, p. 21)

É importante ressaltar que, a concentração de produções na temática da política social, pode ser apoiada à ampliação dos programas de pós-graduação de Serviço Social, pois estes se detêm na área de concentração das Políticas Sociais. Para Sposati (2007) e Nóbrega e Fonseca (2010), há um movimento de segmentar/ fragmentar os sujeitos a partir de suas necessidades (crianças, adolescentes, mulheres, idosos, etc.) o que limita a visibilidade das demandas coletivas de classe, colaborando para focalização das políticas sociais.

O tema 'trabalho' está em segundo lugar nas pesquisas. Com as mudanças sociais, as crises do capital, a reestruturação produtiva, o Serviço Social se apropriou dessa categoria. Cultura, identidade e subjetividade têm ganhado espaço na produção científica, com relevância para as representações sociais. O estudo sobre família foi retomado, devido seu lugar na maior parte dos programas previstos nas políticas sociais. No último lugar da pesquisa do Serviço Social estão a formação profissional, fundamentos e trabalho da Assistente Social, o que compromete a definição do espaço profissional nas políticas sociais, assim como ética, competências profissionais e atribuições privativas da Assistente Social. O campo da sociedade civil vem crescendo e atraindo muitas pesquisas em consequência das políticas neoliberais e da passagem de responsabilidade do Estado para organizações não governamentais (SPOSATI, 2007; NÓBREGA E FONSECA, 2010).

Ressalta-se que a Universidade pública desempenha um papel de fundamental relevância na compreensão das transformações sociais e nas formas de atuar sobre elas, como também no financiamento das pesquisas. Entretanto, as políticas neoliberais afetaram a ampliação das universidades públicas reduzindo os recursos da pesquisa, ensino e extensão. Entretanto, em detrimento da desqualificação da universidade pública, aumentam-se os cursos e faculdades à distância, e as faculdades privadas são valorizadas. Nesse sentido, Silva e



Coutinho (2011), observam que a lógica produtivista adentrou as universidades submetendo as pesquisas às exigências do mercado. Nessa lógica, Simionatto (2014) observa que desde os anos 1990 há uma articulação entre o Banco Mundial, o setor econômico e educacional buscando uma maior privatização, diversificando as fontes de recursos, diminuindo o envolvimento do poder público, direcionando os investimentos na educação básica às camadas de classe mais pobres. Entretanto, esse ‘investimento’ na educação é interessante para o capital.

Esse novo perfil do ensino superior está vinculado em uma formação referente a competências (IAMAMOTO, 2014). Ou seja, interessado em capacitar instrumentais e técnicas, sem foco no conhecimento teórico ou na pesquisa, apenas centrado no sistema para atender o mercado. Assim, a Universidade pública, passa a ser uma universidade de resultados e serviços, perdendo seu caráter crítico e emancipatório, seguindo a perspectiva de padronização dos cursos e currículos, fragilizando o processo de iniciação dos estudantes na produção de pesquisa e conhecimento, reduzindo a autonomia no processo de formação profissional.

Diante desse quadro, a formação acadêmica em Serviço Social sofre importantes mudanças. De acordo com Iamamoto (2014), o crescimento da oferta do Serviço Social nas universidades privadas, coloca em questão o tripé ensino, pesquisa e extensão como base da formação profissional que não preconizadas por essas instituições privadas. Contudo, vale ressaltar que, com a inserção de estudantes pobres nas Universidades Públicas, através das políticas de inclusão, cotas raciais e sociais, muitos não conseguem estar ou permanecer em projetos de pesquisa, núcleos de estudo, pois necessitam estudar em um período e trabalhar em outro, tendo em vista que o sistema de assistência estudantil ainda é limitado. Iamamoto (2014) acrescenta que as péssimas condições de trabalho dos docentes, como a mal remuneração destes, têm seu trabalho intensificado com jornadas em várias instituições de ensino, sem autonomia para elaborar o conteúdo das aulas o que acarreta na acentuação da precarização da formação de estudantes.

É essencial investir em uma formação acadêmico-profissional de qualidade teórico-política que permita a compreensão dos problemas e contradições presentes no universo profissional, sempre voltado à totalidade da vida social, ressaltando a importância da pesquisa na produção de conhecimentos que problematizem o exercício profissional. Nóbrega e Fonseca (2010) afirmam que mesmo com os limites da sociedade capitalista, a produção de

conhecimento do Serviço Social tem-se constituído um instrumento necessário para a defesa dos direitos da classe trabalhadora. Entretanto,

Apesar dos avanços, simultaneamente observam-se silêncios e omissões no acúmulo dessa produção, a exemplo do tema raça, que não tem tido visibilidade, apesar dos assistentes sociais lidarem diretamente com os segmentos mais pauperizados, constituídos em sua grande maioria por pretos e pardos. Diferentemente do tema gênero, que, na década de 1990 já ocupava um lugar de destaque na agenda acadêmica do Serviço Social, chegando aos anos 2000 como um dos mais desenvolvidos em teses e dissertações da área (Nóbrega e Fonseca, 2010, p.183)

Compreende-se que a capacitação teórico-metodológica, histórica e política do Serviço social possibilitam a apreensão da realidade social como totalidade, buscando as particularidades e singularidades das expressões da Questão Social, e as mediações necessárias para o exercício profissional. Contudo ainda há ausências de produção do conhecimento e pesquisa no que se refere ao termo raça e gênero no Serviço Social. Sem dúvidas a produção teórica do Serviço Social tem contribuído para seu amadurecimento e sua constituição enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, contudo, estudar, apreender e conhecer os sujeitos usuários das políticas sociais é um elemento fundamental no processo de formação e no próprio exercício profissional.

## CAPÍTULO III – GÊNERO, RAÇA E SERVIÇO SOCIAL

### 3.1 – Percurso Metodológico

As inquietações e o estímulo para a pesquisa tiveram seu início no campo de estágio, quando a estagiária desenvolveu seu projeto de intervenção, no ano de 2016, na Secretaria Psicossocial Judiciária do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, especificadamente, no Serviço de Assessoramento aos Juízos Criminais – SERAV/SEPSI/TJDFT. No projeto foi levantada a questão sobre a importância do quesito Raça/Cor ser inserido no formulário padrão e no banco de dados da Secretaria. Tal formulário visa traçar o perfil de mulheres e homens que estão na Justiça em casos violência doméstica. A problematização desse dado reflete a situação da mulher no Brasil, pois em 2011 nos casos de violência contra mulher, 61% dos óbitos foram de mulheres negras, as principais vítimas em todas as regiões, à exceção da região Sul (IPEA, 2012). Em estudo lançado neste ano de 2017, os dados apontam que “65,3% das mulheres assassinadas no Brasil no último ano eram negras (IPEA, 2017, p. 37). Tal contexto aponta que a combinação entre desigualdade de gênero e racismo aumenta o risco de uma mulher negra ser morta.

Por isso ao falar sobre violência de gênero, violência contra a mulher, relações desiguais de poder o debate sobre raça precisa se fazer presente. A relevância do eixo racial está para além das estatísticas: está na compreensão de como o fenômeno complexo da violência atinge as mulheres negras; está no aprimoramento e ampliação do acesso dessas mulheres aos direitos sociais e ao sistema de proteção; está na viabilização de políticas públicas para atender a particularidade de suas demandas. Nesse sentido, faz-se necessário pensar em uma formação profissional e produção do saber que problematize as relações desiguais de gênero e raça para refletir em alternativas de enfrentamento às desigualdades e possibilidades de romper com a estrutura racista-patriarcal, pois na prática profissional e nos campos sócio-ocupacionais esse é o público prioritário do Serviço Social. Posto isso, a pesquisadora questionou em como a relação entre gênero e raça vem sendo abordada nas principais revistas que influenciam na formação de novas Assistentes Sociais.

A partir das questões trazidas nos dois capítulos anteriores, serão analisadas as produções científicas do Serviço Social buscando compreender em que medida tais produções apresentam uma análise crítica sobre a questão racial e a questão de gênero, já mencionadas

aqui como elementos estruturais na formação do Brasil e do Serviço Social. Esta pesquisa será realizada a partir dos fundamentos da Teoria Social de Marx e, os resultados alcançados e apresentados serão baseados no Materialismo Histórico Dialético que tem como essência “a teoria como um movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador - é o real reproduzido e interpretado no plano ideal” (NETTO, 2009, p.8), compreendendo esse plano inscrito em uma totalidade histórica da sociedade capitalista e multideterminada repleta de contradições, pois se constituem no âmbito da luta de classes, interesses antagônicos e que passa por transformações.

Para Netto (2009), no método de pesquisa de Marx, para se compreender a realidade é necessária aproximações sucessivas ao seu objeto, partindo de um conhecimento teórico que visa alcançar a essência do objeto. Utilizando como fonte de dados a revista Serviço Social e Sociedade e a Revista Ser Social, a análise dos dados neste capítulo tem por objetivo discutir a interseccionalidade entre gênero, raça e o Serviço Social na produção científica das Assistentes Sociais. A pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa de caráter documental e de cunho exploratório, ou seja, através de um “método de investigação que emprega diferentes alegações de conhecimento, estratégias de investigação e métodos de coleta e análise de dados” (CRESWELL, 2007, p.184), pois esta se adéqua com maior propriedade para o objetivo ser atingido. Para tanto foi realizada revisão bibliográfica dos marcos teóricos do Serviço Social, do debate sobre gênero como também da questão racial no Brasil. A presente pesquisa foi composta das seguintes etapas:

- Levantamento bibliográfico sobre Serviço Social, Gênero e Raça com o objetivo de buscar literatura acerca do tema, para conhecer a realidade deste campo, como também conceitos importantes, e principais desafios;
- Em seguida, foram selecionados os artigos que continham no seu título as palavras chaves: raça, negro, questão racial, questão étnico/racial, racismo, interseccionalidade, gênero, feminismo, mulher – ou algum adjetivo que remetesse ao termo mulher. Abordado nos capítulos anteriores de que gênero não é sinônimo de mulher, é importante ressaltar que por estar na base da pirâmide das relações desiguais de poder, o estudo tendo a mulher como central é crescente e de fundamental relevância para problematizar as relações sociais de gênero;
- Depois de levantados os trabalhos a partir dos conceitos-chave acima, foram lidos os resumos de cada artigo pré-selecionado, com o intuito de analisar se o contexto abordado se aproximaria com o objetivo desta pesquisa;

- Por fim, foi realizada leitura e análise dos dados obtidos com o objetivo de refletir sobre a produção desses temas nas principais revistas do Serviço Social.

### 3.2 – Apresentação dos Dados

No decorrer desta pesquisa foi encontrado um artigo realizado pela Assistente Social e professora Maria Ozanira da Silva e Silva, no ano de 2010, sobre a Revista Serviço Social & Sociedade. Na pesquisa da autora são analisadas as publicações de guias temáticas, entre os anos de 1979 a 2009 – período em que a revista completou trinta anos de difusão. Silva (2010) compara as publicações em três momentos, o primeiro é entre os anos de 1979 a 1989, de 1990 a 1999 e por fim de 2000 a 2009. Tendo como base a pesquisa de Silva (2010), os dados apresentados nesse capítulo contarão com a pesquisa relativa aos anos de 2010 a 2017 sobre os temas de gênero e raça.

A Revista Serviço Social & Sociedade em trinta e oito anos de circulação tem um total de 1.212 publicações (artigos, resenhas, informe-se, resumos de teses, etc.). O gráfico a seguir apresenta o total de publicações em cada período apresentado por Silva (2010) e entre 2010 a 2017.

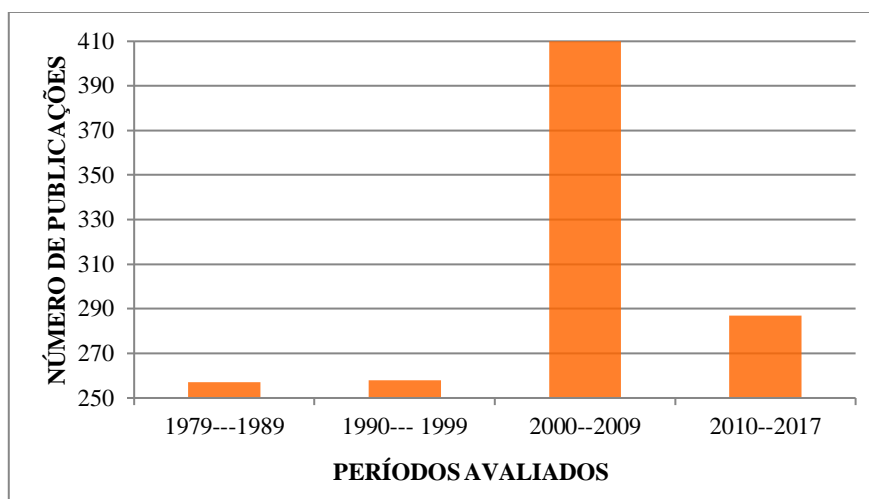


Gráfico 1 – relação de publicações da revista Serviço Social & Sociedade nos anos de 1979 a 2017. Fonte: Própria autora, 2017

Percebe-se que entre os anos de 1979 a 1989 e 1990 a 1999 apresentou pequena diferença sendo, respectivamente, 257 e 258 o total de publicações. Entre 2000 e 2009 o crescimento foi de 59% em relação ao período anterior com um total de 410 publicações. De acordo com Silva (2010) tal crescimento foi em relação ao tema das políticas sociais e

assistência social, pois as assistentes sociais foram principais participantes na construção da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS em 1993, e do Sistema Único de Assistência Social – SUAS em 2005.

A problematização sobre a política social se deve ao fato da “reforma do Estado, rumo à constituição de um Estado Mínimo, e da reforma dos programas sociais, como estratégia, em toda a América Latina, para a redução de gastos e transferência de responsabilidades dos programas sociais, do Estado para o chamado terceiro setor/ONGs” (p.12).

Em sua pesquisa, Silva (2010) categoriza as publicações em temáticas recorrentes. Na categoria denominada pela autora como Mulher/Feminismo há 3 publicações entre o período de 1979 a 1989, já no intervalo de 1990 a 1999, o total de publicações com o tema passou para 7, sendo o mesmo número de publicações entre os anos de 2000 a 2009. Da mesma forma nos anos de 2010 a 2017 as publicações se mantiveram em 7. Concluindo 24 artigos sobre as questões que envolvem gênero.

Importante ressaltar que Silva (2010) não aponta nenhuma categoria/temática sobre a questão racial ou étnica. Entretanto, Ferreira (2010) relata que em todas as publicações entre os anos de 1979 a junho de 2010 a revista *Serviço Social & Sociedade* tinha apenas 3 artigos sobre a questão racial. Posteriormente, entre os anos de 2011 a 2017 foram publicados mais 5 artigos, totalizando 8 publicações sobre a temática racial. Contudo, em todos os números da revistas, há somente 1 artigo que relaciona as questões de gênero e de raça. O gráfico a seguir aponta em porcentagem a relação das publicações.

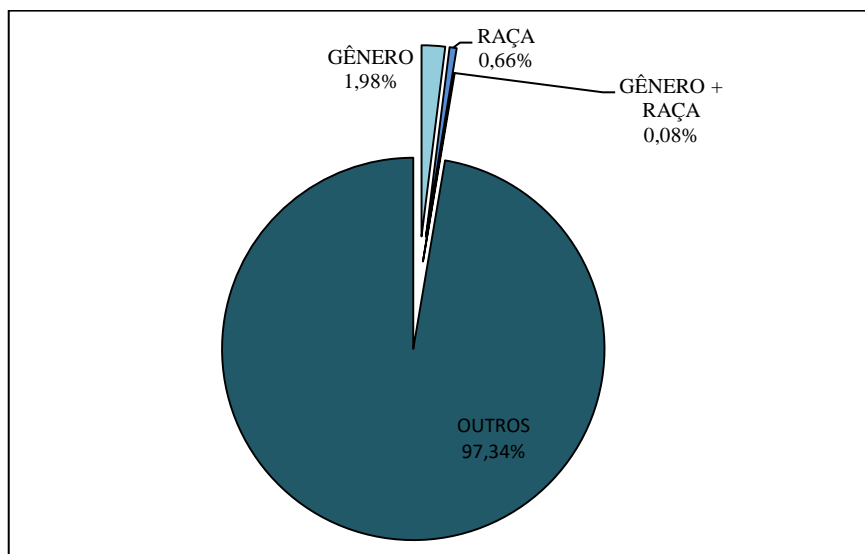


Gráfico 2- Percentual em relação ao total de 1212 publicações sobre GÊNERO e RAÇA na revista *SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE* entre os anos de 1979 a 2017. Fonte: Própria autora, 2017

Faz-se necessário explicar que, para esta pesquisa foram contabilizados somente os artigos que abordavam as questões de gênero e as questões raciais. Tal escolha metodológica considera que os artigos possuem caráter de pesquisa e de desenvolvimento teórico-metodológico como também a procura e circulação no meio acadêmico são superiores a outros tipos de publicação como as resenhas e resumos, por exemplo.

Com o gráfico 2, fica visível a distância do tema raça no total das publicações, com apenas 0,66% em comparação ao tema gênero que possui mais artigos publicados na revista, com 1,98%. O artigo que agrega gênero e raça apresenta no corpo do texto a história da primeira Assistente Social negra do Brasil, Dona Ivone Lara, escrito pela Assistente Social Graziela Scheffer em 2016. No artigo a autora aborda como os papéis sociais e culturais sobre o gênero levaram a mulher às profissões de “cuidado” e de “ajuda”. Apesar de relatar a trajetória de Dona Ivone, a autora não adentra afundo sobre a questão racial na formação de profissionais àquele momento. A condição de mulher negra, pobre e com suas raízes africanas, fez com que Dona Ivone encontrasse na religião e na música, base de sua cultura, meios para expressar-se, tornando-se uma grande sambista contemporânea. Contudo, artigo apresenta a contribuição de Dona Ivone para a profissão com sua atuação na área da saúde mental desde sua formação em Serviço Social entre 1947 a 1977.

No que se refere à revista Ser Social, não foram encontradas pesquisas anteriores. A revista até o momento possui dezenove volumes, com quarenta números disponíveis. Ao total há 501 publicações. A tabela a seguir aponta as publicações sobre gênero e raça nas Revistas Serviço Social & Sociedade e Ser Social.

<b>REVISTA / TEMA</b>	<b>SER SOCIAL</b>	<b>SERV SOC &amp; SOC</b>
<b>GÊNERO</b>	23	24
<b>RAÇA</b>	1	8
<b>GÊNERO+RAÇA</b>	2	1

Tabela 1- Quantidade de artigos nas revistas Serviço Social & Sociedade e Ser social. Fonte: Própria autora, 2017

Em relação às publicações sobre gênero, a revista possui dois volumes específicos, sendo os volumes 10, número 22 sobre “Gênero e Política Social”, e o número 23 sobre “Mulheres e Trabalho”. Em todos os volumes da revista Ser Social há um total de 23 artigos

sobre gênero. Quanto às publicações sobre a questão étnico-racial, há somente 1 artigo em todos os números da revista. Entretanto, há 2 publicações que relacionam gênero e raça. O gráfico a seguir aponta em porcentagem a relação das publicações.

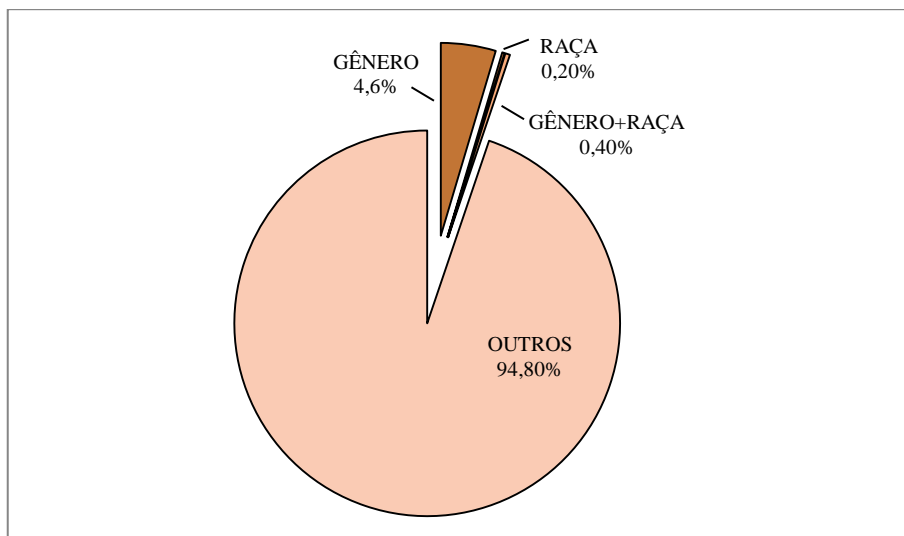


Gráfico 3 - Percentual em relação ao total de 368 publicações sobre GÊNERO e RAÇA na revista SER SOCIAL entre os anos de 1998 a 2017. Fonte: Própria autora, 2017

Assim como na Revista Serviço Social & Sociedade, os artigos que se aproximam à questão racial não alcançam a porcentagem de 1%. A Revista Ser Social possui o pior cenário, com apenas uma publicação sobre a temática raça/etnia. É fundamental mencionar que, por ser uma revista aberta a outros saberes, um dos artigos que debatem a relação entre gênero e raça, “A transversalização de gênero e raça no Plano Nacional de Qualificação: análise crítica e diretrizes” não é escrito por assistentes sociais. Escrito por professoras da Universidade Federal da Bahia, Ana Alice Costa e Cecília Sardenberg, o artigo publicado em 2008, aborda os esforços das conferências nacionais e internacionais em efetivar a política de equidade de gênero e raça no mercado de trabalho. As autoras resgatam o estudo sobre a formação social do Brasil para compreender as relações sociais desiguais de gênero e raça no âmbito do capitalismo no que se refere ao mercado de trabalho para as mulheres brancas e negras.

Do mesmo modo, o segundo artigo, “Mulheres negras marcham em 2015 pelo bem viver”, não é escrito por uma Assistente Social. Publicado em 2015, o artigo foi produzido por Rosalia de Oliveira Lemos formada em Química pela Universidade Federal Fluminense. A autora é mestre pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com a dissertação Feminismo Negro em construção: a organização de mulheres negras do Rio de Janeiro, e também doutora em Políticas Públicas na Universidade Federal Fluminense. O artigo discorre sobre a



organização política das mulheres negras para a Marcha em 2015, trazendo o recorte histórico das desigualdades de gênero e raça envolta sobre a realidade das mulheres negras,

A partir dos dados acima, observamos que apesar do Serviço Social ter se aproximado das questões relativas a gênero e ao debate racial, não há um número significativo de publicações da própria categoria que trabalhem interseccionalmente essas temáticas. Além disso, nota-se que as publicações sobre as desigualdades raciais são ínfimas em ambas as revistas, demonstrando que a temática racial ainda não é prioridade na produção científica do Serviço Social. Essa afirmação confirma a hipótese de que há uma lacuna no campo da interseccionalidade entre gênero e raça na produção do saber do Serviço Social. Essa lacuna precisa ser preenchida, pois constitui um tema importante para entender a opressão das mulheres, principalmente, mulheres negras, que são majoritariamente as usuárias das políticas públicas.

### **3.3 – Gênero e Raça: um debate necessário para o Serviço Social**

Pensar opressões somente pelo viés da classe, ou de gênero, camufla a multidimensão da realidade social vivenciada por determinado sujeito, que é única para si. Para Hooks (2015) a afirmação que todas as mulheres são oprimidas “sugere que as mulheres compartilham a mesma sina, que fatores como classe, raça, religião, preferência sexual etc. não criam uma diversidade de experiências que determina até que ponto o sexismo será uma força opressiva na vida de cada mulher” (p.197). A autora ainda afirma que apesar do sexismo ser um sistema de opressão legítimo, ele não determina igualmente a vivência de todas as mulheres, principalmente as mulheres negras. Crenshaw (2002) explica que quando a leitura da realidade é realizada a partir da intersecção entre classe, gênero e raça, a experiência de determinados grupos étnico-raciais passam a ser visíveis e através disso, é possível pensar em estratégias de superação do conjunto de opressões, pois dentro das categorias mais amplas estavam invisíveis.

Outro dado interessante da pesquisa realizada pelo IPEA, já citada anteriormente, é sobre a mudança no padrão tradicional de organização familiar, pois em 1995, 23% dos domicílios tinham mulheres como chefes da família, vinte anos depois, este número chega a 40% nas áreas urbanas. Entretanto, isso não significa que não há a presença masculina nas famílias. Contudo, as famílias em que as mulheres não possuem cônjuges, mas que tem

filhas/filhos “se encontram em maior risco de vulnerabilidade social, já que a renda média das mulheres, especialmente a das mulheres negras, continua bastante inferior não só à dos homens, como à das mulheres brancas” (p.1). Ao mencionar a categoria renda, “apesar do rendimento da mulher negra ter sido o que mais se valorizou (80%), enquanto o dos homens brancos foi o que menos cresceu (11%), é possível observar a manutenção da mesma ordem – homens brancos, mulheres brancas, homens negros, mulheres negras” (p.3).

O Atlas da Violência (2017) traz a dimensão racial ao analisar os dados sobre feminicídio no Brasil. Sobre as mortes das mulheres brancas houve uma queda de 7,4% entre 2005 e 2015, entretanto, a mortalidade de mulheres negras observou um aumento de 22% no mesmo período, acima da média nacional. O estudo feito pelo Atlas, aponta que muitas mortes poderiam ser evitadas, pois “em inúmeros casos, até chegar a ser vítima de uma violência fatal, essa mulher é vítima de uma série de outras violências de gênero, como bem especifica a Lei Maria da Penha” (p.37). Importante ressaltar que o debate de gênero é essencial para problematizar a violência vivenciada pelas mulheres, no entanto, somente o gênero não preenche a lacuna do aumento das mortes referentes às mulheres negras. Sueli Carneiro explica que:

A questão política que decorre dessa realidade será a exigência de que o combate ao racismo, à discriminação racial e aos privilégios que ele institui para as mulheres brancas seja tomado como elemento estrutural do ideário feminista; um imperativo ético e político que reflita os anseios coletivos da luta feminista de representar as necessidades e os interesses do conjunto de mulheres. [...] Pensar a contribuição do feminismo negro na luta anti-racista é trazer à tona as implicações do racismo e do sexismo que condenaram as mulheres negras a uma situação perversa e cruel de exclusão e marginalização sociais. (2003, p.121)

O início do movimento feminista elaborava suas ações acreditando em uma visão eurocêntrica, universal da mulher e na homogeneidade do movimento. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade (CARNEIRO, 2003). Theodoro (2014) explica que a desigualdade racial desde o processo de escravidão no qual o Brasil viveu, diferencia até a contemporaneidade o acesso da população negra aos direitos básicos, moldando a sociedade e construindo obstáculos para o enfrentamento das desigualdades sociais e raciais.

Entendendo que o Serviço Social intervém nas expressões da Questão Social, e compreendendo a realidade das mulheres brancas e negras, é necessário que a categoria (re) pense interseccionalmente sobre as formas de atuação profissional. A atenção para o tema da interseccionalidade não quer dizer que os eixos de dominação isolados sejam negados, mas

entender que apesar do capitalismo, racismo e o patriarcado apareçam como sistemas diferentes, funcionam em conjunto na produção e reprodução das desigualdades sociais. Percebe-se que a discussão sobre política social está prevalecendo nos artigos dispostos nas revistas analisadas, assim a falta do debate sobre gênero e raça enfraquece a prática profissional além de impactar diretamente na formulação de políticas sociais e contribuindo para a perpetuação do racismo institucional.

Sendo a Assistente Social formuladora, implementadora, executora de políticas é de suma importância que a profissional reflita tendo como base seu arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo as questões de gênero e de raça como eixos fundantes da Questão Social, para operacionalizar suas ações de forma não discriminatória às demandas postas no cotidiano profissional, pois é nesse momento em que a diversidade racial passa a ter contornos de desigualdade social. Entretanto, tal reflexão não deve se restringir à atuação profissional apenas, se faz necessária uma formação profissional comprometida com o fim de todas as formas de opressão, como respaldado pelo Código de Ética Profissional, com análises críticas sobre as desigualdades de gênero e raça.

A questão racial passou a ser demandada como uma categoria de análise do Serviço Social em 1989, no 6º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, momento de grande mobilização política do movimento negro em que muitas Assistentes Sociais militavam (RIBEIRO, 2004). No entanto, a reduzida produção teórica sobre a questão racial dificulta a leitura da realidade da população negra. Diferentemente dos estudos de gênero que estavam na agenda das Ciências Sociais desde a década de 1970 como estudos da mulher, estudos feministas. Desse modo, tem sido um desafio a busca por produções que abordem simultaneamente gênero e raça no Serviço Social.

A partir das considerações sobre a Questão Social e do caráter de luta e de contra-hegemonia do Serviço Social, é urgente que a formação das estudantes perpassa sobre essas discussões acerca da raça e gênero como determinantes sociais de desigualdades. Assim como é indispensável que a categoria de profissionais tenha o compromisso político em seus diversos níveis de produção científica para fortalecer e incentivar estudantes, professoras/es em debater interseccionalmente as diversas formas de opressão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretendeu problematizar a relação entre o Serviço Social com a interseccionalidade entre gênero e raça. Inserido nas contradições do capitalismo, o Serviço Social possui uma leitura crítica das relações sociais produzidas nesse modo de produção, entretanto, observou-se que prioritariamente o debate está relacionado com as relações sociais de classe e trabalho oriundas da sociabilidade burguesa. A formação político-social do Brasil apresenta particularidades parcialmente presentes nas discussões teóricas.

As desigualdades de gênero e raça são eixos da Questão Social, todavia, essa compreensão ainda é limitada na produção do Serviço Social. O quadro complexifica ainda mais quando somente analisada a questão racial. Os poucos artigos encontrados nas revistas, abordavam as desigualdades raciais como sinônimos de pobreza. É necessário problematizar essa relação e desnaturalizá-la apenas como uma questão de classe.

A concepção da interseccionalidade entre gênero e raça está relacionada com a percepção de que diversos fatores afetam diretamente a vida de mulheres brancas e negras de formas distintas. E na prática profissional, a Assistente Social precisa entender que todos esses fatores o auxiliam para uma leitura coerente da totalidade e particularidades vivenciada pela categoria heterogênea das mulheres. Para tanto, a formação acadêmica precisa se comprometer com os estudos sobre gênero e raça tanto na formação social do Brasil até a contemporaneidade, quanto nas bases da construção do Serviço Social como profissão. Essa mudança acarretaria no crescimento de estudos, pesquisas, produção científica sobre as relações sociais desiguais de gênero e raça aumentando a visibilidade sobre tais questões, possibilitando intervenções que não atuem no imediato e que estejam comprometidas com uma mudança societária.

O desenvolvimento da sociedade é branco e masculino. Nessa perspectiva, é importante repensar e reescrever a história sob o olhar brasileiro, pensando, olhando e refletindo para além da estrutura de classe. Ainda que seja crescente a visibilidade sobre as questões de gênero e dos significativos avanços na produção do Serviço Social, o tema sobre as questões raciais ainda são secundarizados e/ou inexplorados. Portanto, o percurso a ser percorrido para uma produção científica que leve em consideração a interseccionalidade de gênero e raça é longo e árduo, mas é possível.

Nesse sentido a categoria que intervém de alguma forma na sociedade, e almeja outra forma de sociabilidade, não pode silenciar os debates sobre gênero e raça. É fundamental

coragem e dedicação para promover mudanças substantivas na sociedade. Bell Hooks nos lembra que

A formação de uma teoria e uma práxis feminista libertadora é de responsabilidade coletiva, uma responsabilidade que deve ser compartilhada. Apesar de criticar aspectos do movimento feminista como o conhecemos até agora – crítica que às vezes é dura e implacável– eu o faço não em uma tentativa de diminuir a luta feminista, mas de enriquecer, de compartilhar o trabalho de construção de uma ideologia libertadora e de um movimento libertador. (2015, p.208).

Uma luta anticapitalista que ignore as relações de gênero e raça é uma luta que tolera e legitima a exploração das mulheres e, principalmente, mulheres negras. Desse modo, seja na sociedade capitalista ou em outra forma de sociabilidade, se o racismo e sexismo não forem o centro de combate, as desigualdades de gênero e raça ainda estarão presentes nas relações sociais.

Concordo com Minayo (2010) quando a autora afirma que, o ciclo de pesquisa não se fecha, pois, toda pesquisa produz conhecimento e gera novas questões. Dessa forma, as indagações que não foram respondidas nesse trabalho, deixam caminho livre para pesquisas posteriores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, novembro de 1996.

BARROCO, Maria Lúcia. Silva. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. 7.ed. – São Paulo, Cortez, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helana Kühner. 2ª Ed. Rio de Janeiro, 2002.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. Disponível em: < [http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)> Acesso em: Ago. de 2017.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Seminário Internacional sobre Racismo, Xenofobia e Gênero, organizado por Lolapress em Durban, África do Sul, em 27 e 28 de agosto 2001.

\_\_\_\_\_. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados 17 (49), 2003.

CISNE, Mirla. Divisão sexual do trabalho, feminismo e Serviço Social. In: **Feminismo e gênero: desafios para o Serviço Social**. Maria Elaene Rodrigues Alves e Marlene Teixeira (org.). Brasília – Editorial Abaré, 2015.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. Projeto Ético Político do Serviço Social: 30 anos na luta em defesa da Humanidade. In: **CFESS Manifesta: 30 anos do Congresso da Virada**. São Paulo, nov. 2009. Disponível em: < <http://www.cfess.org.br/arquivos/congresso.pdf> >, acesso em: Set. de 2017.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o Encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 171-187, 2002.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto**. Trad. Magda Lopes. 3 ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

DAMASCO, Mariana Santos. **Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1996)**. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2009. Rio de Janeiro 159 f.

DRUMONT. Mary Pimentel: **Elementos para análise do machismo**. 1980.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, do Estado e da Propriedade Privada**. 9ª Ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1984.

FARIA, Nalu. O feminismo latino-americano e caribenho: perspectivas diante do neoliberalismo. In: **Desafios do Livre Mercado para o Feminismo**. Sempreviva Organização Feminista Desafios do Livre Mercado para o Feminismo. São Paulo, 2005. 72 p. Disponível em: <<http://sof2.tempsite.ws/wp-content/uploads/2005/06/Desafios-do-Livre-Mercado-para-o-Feminismo.pdf>>

FERNANDES, F. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1978.

FERREIRA, Camila Manduca. **O negro na gênese do Serviço Social (Brasil, 1936-1947)**. 2010. 203 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. 32ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

FOLLADOR, K. A mulher na visão do patriarcado brasileiro: uma herança ocidental. In: Revista fato&versões. N.2 v.1, p. 3-16. 2009;

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. 2005. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Alguns-terminos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf>>

GONZALEZ, Lélia. Mulher Negra. Versão1, com algumas modificações, da comunicação “The Black Woman’s Place in the Brazilian Society”, apresentada na “1985 and Beyond: A National Conference”, promovida pelo African-American Political Caucus e pela Morgan State University (Baltimore, 9-12/agosto/1984).

HIRATA, H. KERGOAT, D. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132> > Acesso em: Ago. 2017

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 16, p. 193-210, Apr. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-33522015000200193&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000200193&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: Nov. 2017.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. – 9.ed. – São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **O serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 29 ed.- São Paulo, Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 120, p. 608-639, Dec. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282014000400002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282014000400002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: Out. 2017

IAMAMOTO, Marilda Vilela. e CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**- 17. ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2009.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**, 4ª ed., Brasília: Ipea, 2013.

\_\_\_\_\_. **Atlas da violência 2017**.

\_\_\_\_\_. Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil / organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes ... [et al.].- Brasília : Ipea, 2013. 160 p.

\_\_\_\_\_. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015. 2017.

LESSA, S. **Serviço Social e Trabalho: do que se trata?** Publicado na Revista Temporalis, v.1, n.1, p. 35-58, Brasília, 2000. (Versão eletrônica).



\_\_\_\_\_. **Abaixo a família monogâmica.** 1ª Edição. Instituto Lukács, São Paulo, 2012.

MARX, K. **O capital.** Livro I. 18ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Laços perigosos entre machismo e violência. *Ciência e Saúde Coletiva*, n. 10, v. 1, p. 18-34, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n1/a03cv10n1.pdf>>. .

\_\_\_\_\_. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 29.ed. Petrópolis.Vozes, 2010.

MOURA, Clóvis. Particularidades do racismo brasileiro. Trecho do livro disponível em: <https://www.dropbox.com/s/gy6x8jzcx9p2j4c/Particularidades%20do%20racismo%20brasileiro.pdf?dl=0>

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2009a.

\_\_\_\_\_. Introdução ao método na teoria Social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/Abepss, 2009

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009b.

\_\_\_\_\_. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social.* Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

NOBREGA, Mônica Barros da; FONSECA, Cleomar Campos da. Produção de conhecimento científico: a particularidade do serviço social brasileiro. In: *SER Social*, Brasília, v. 12, n. 27, p. 165-188, jul./dez. 2010

OLIVEIRA, Edistia Maria Abath Pereira de; CHAVES, Helena Lúcia Augusto. 80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo , n. 128, p. 143-163, Apr. 2017 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282017000100143&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282017000100143&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: Nov. 2017

PEREIRA, Bruna C. J. Tramas e dramas de gênero e de cor: a violência doméstica e familiar contra mulheres negras. Dissertação de mestrado. Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília/UnB. 2013.

RIBEIRO, Matilde. As abordagens étnico-raciais no Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo , n. 79, p. 148-161. 2004

SAFFIOTI. Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: Mitos e realidade**. Vozes, Petrópolis, 1976.

\_\_\_\_\_. Gênero e patriarcado: a necessidade da violência. In: **Marcadas a ferro: violência contra mulher uma visão multidisciplinar**. M. CastilloMartín & S. Oliveira (Orgs.). Brasília: Secretaria Especial de Política para Mulheres, 2005.

\_\_\_\_\_. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **SÃO PAULO EM PERSPECTIVA**. 1999.

\_\_\_\_\_. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA OU A LÓGICA DO GALINHEIRO. In: KUPSTAS, Márcia (org.). **Violência em Debate**. São Paulo: Moderna, 1997.

\_\_\_\_\_. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. Disponível em: <[http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/Heleieth\\_Saffioti.pdf](http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/Heleieth_Saffioti.pdf)>

SETUBAL, Aglair Alencar. Desafios à pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional. **Rev. katálysis**, Florianópolis , v. 10, n. spe, p. 64-72, 2007 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802007000300007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: Out. 2017

SILVA, Maria Ozanira.(Coord.). **O Serviço Social e o popular: resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. Trinta anos da revista *Serviço Social & Sociedade*: contribuições para a construção e o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 100, p. 599-649, out./dez. 2009.

SILVA, Pâmela Anelise; COUTINHO, Patrícia da Silva. Pesquisa e a produção de conhecimento em serviço social: a contribuição dos ENPESS (2000-2010). 2011, UFRJ.

SIMIONATTO, Ivete. Intelectualidade, política e produção do conhecimento: desafios ao Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo , n. 117, p. 7-21, Mar. 2014 . Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282014000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282014000100002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: Nov. 2017.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: **Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia**. Cardoso, Ciro Flamarion; Vainfas, Ronaldo (Org.). Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

SPOSATI, Aldaíza. Pesquisa e Produção de Conhecimento no Campo do Serviço Social. In: **Katálises**, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, v. 10, edição especial, p. 15-25, 2007.

THEODORO, Mario. As características do mercado de trabalho e as origens do informal no Brasil. In: **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo** / Luciana Jaccoud, organizadora ; Frederico Barbosa da Silva ... [et al.]. – Brasília : IPEA, 2005.

\_\_\_\_\_. Relações raciais, racismo e políticas públicas no Brasil contemporâneo. *Revista de Estudos e Pesquisa sobre as Américas*. v.8, n.1,. 205-219. 2014.

YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. Das Origens à Atualidade da Profissão: a construção da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil. In: CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; SILVA, Maria Ozanira da Silva (Orgs.). **Serviço Social, Pós-graduação e Produção de Conhecimentos no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.